

ANTONIO PEDRO DE FIGUEIREDO, A REVISTA O PROGRESSO E A EDUCAÇÃO.¹

Marília Rosa Periotto.²

INTRODUÇÃO

Antonio Pedro de Figueiredo e a revista O Progresso proporcionam aos estudiosos da história brasileira e da educação uma infinidade de questões que se pressupõe explicitar momentos conturbados da vida política e social brasileira na metade do século XIX. No entanto, nos trabalhos até então elaborados não se verifica encaminhamentos que consideram a vinculação dessas com a educação, relação que parece ter passado despercebida, mas que se revela apropriada para a compreensão do pensamento progressista daquele meado de século, elaborado em meio às vicissitudes das lutas travadas entre liberais e conservadores num enfrentamento em que pontuava a adoção de medidas mais progressistas contra uma forma de produzir em perpétuo atraso.

O estudo realizado para elaboração de tese de doutorado, da qual este texto é derivado procurou, em parte, preencher esse vazio. A revista O Progresso e seu redator principal, Antonio Pedro de Figueiredo, são acontecimentos que merecem destaque entre as obras que discutem o processo histórico da educação brasileira. O conteúdo saído da pena desse intelectual pernambucano foi intencionalmente forjado para instruir quando propugnou por um debate que se queria civilizador, condição fundamental para conduzir as reformas necessárias ao progresso material e moral do país.

Objetiva-se, aqui, apresentar a figura desse mestiço considerado “genial” pela historiografia como também demonstrar que o debate efetuado na revista teve sempre o propósito de educar para a nova realidade social que se avizinhava, intuitivamente

¹ Este artigo é uma síntese da tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas em 2001 e realizada sob a orientação do Prof^o. Dr. José Claudinei Lombardi com o seguinte título: *A Espiral do Progresso e a Felicidade da Nação: A instrução do povo para o advento do trabalho livre no Brasil de 1840 a 1850*.

² Professora no Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em História da Educação - Universidade Estadual de Maringá.

percebida, e que exigia dos nacionais uma preparação prévia ao avanço das relações histórico-mundiais na medida em que relutavam abandonar as velhas práticas sociais até aquele momento predominantes.

Nos estudos existentes sobre essas duas figuras - autor e obra- a tônica que mais se destaca é a de tê-los como representantes de um modelo “tupiniquim” do socialismo-utópico. Embora nem todos embarquem nessa vertente de discussão é evidente que ela tem sido dominante como eixo de explicação tanto sobre Figueiredo como do conteúdo expresso pela revista. Amaro Quintas (1967), Vamirech Chacon (1965), Aníbal Fernandes (1957), entre outros, empreenderam suas análises tomando a obra de Figueiredo e o próprio como dignos representantes daquela espécie de pensadores revolucionários que marcaram presença insofismável na história.

Amaro Quintas, principalmente, sobressai com maior ênfase entre todos por ter discutido em profundidade a presença de Figueiredo nos acontecimentos que resultaram na Praieira, luta armada acontecida em Recife em 1848 e que opôs pelas armas liberais e conservadores, vendo no redator de *O Progresso* a figura inspiradora do movimento da Praia, com suas propostas de reformas sociais e de combate ao latifúndio, um verdadeiro *quarent-huitard*, tal qual o combatente revolucionário das jornadas de fevereiro de 1848 na França, fazendo dele um precursor da democracia social no Brasil.

Antonio Paim (1966) e Vicente Barreto (1974) fizeram o caminho da filosofia ressaltando o ecletismo que entendiam latente em suas idéias, e buscando identificar a matriz ou as diversas correntes filosóficas que “ensejaram a mescla de opiniões depreendidas do pensamento de Figueiredo e da acomodação que fez daqueles postulados às causas imediatas que pretendeu abraçar” (PERIOTTO, 2001, p. 107).

Já Tiago Adão Lara e Aloísio Franco Moreira, em estudos acadêmicos para a pós-graduação, realizaram suas análises por abordagens diametralmente opostas. O primeiro buscou nas origens do pensamento de Figueiredo “algo mais na raiz, ligado as tradições cristãs da cultura brasileira e à formação do próprio Figueiredo” (LARA, 1976, p. 6).

Aloísio Franco Moreira, por sua vez, analisou o socialismo atribuído ao editor de *O Progresso* “à luz do socialismo científico propugnado por Marx e Engels”, contestando as reflexões que o remetem para a arena do ecletismo e do humanismo. Seu objetivo centrou-

se “em mostrar os limites do ‘socialismo dos dois quarent-huitards’ com Abreu e Lima predicando a regeneração nacional, com um pensamento mais próximo das aspirações cristãs e Figueiredo requisitando o predomínio das ciências para o estabelecimento de uma sociedade ordeira” (PERIOTTO, 2001, p. 99).

Sua análise é o que mais se aproxima do encaminhamento teórico-metodológico adotado por este estudo, pois que toma a revista como resultado das lutas entre os representantes da elite que expressava, cada qual a seu modo, as necessidades do capitalismo já mundializado.

Além desses, outros autores também importantes no cenário historiográfico nacional dirigiram atenção a Figueiredo e seus escritos, porém não dedicaram a ele outro espaço senão de complemento aos estudos empreendidos na ocasião. Paulo Mercadante (1965), Isabel Andrade Marson (1974:1985), por exemplo, não deixaram, em bem elaborada análise, de reconhecer e salientar em seus estudos a importância da revista no embate político que revolveu as entranhas da província de Pernambuco até resultar na calmaria que caracterizou a década seguinte à Praieira.

Com a derrota dos liberais na revolta de 1848, a política de conciliação esboçada durante aquela década pode ganhar consistência e preparar as bases para um lento processo de modernização do país conduzido pelos conservadores, debate ao qual Figueiredo e a revista O Progresso se anteciparam, ocupando ambos lugar de destaque naquele processo.

No quadro das transformações requeridas pela sociedade brasileira a revista de Figueiredo, comparada às demais publicações da época, distingue-se principalmente por corresponder a um programa que mostrava não somente o papel ocupado pelo progresso na vida das nações desenvolvidas, mas o receituário necessário à conquista e aplicação das leis que lhe eram inerentes, ação que vinha a exigir de seus articulistas uma identificação precisa nas idéias e considerável coerência em sua aplicabilidade.

A visão que este estudo tem sobre a revista leva em conta o fato de que os escritos perpetrados por Figueiredo nos três tomos que a compõem e por colaboradores que comungavam com as idéias do editor maior expressam a tarefa de convencer os pernambucanos de que a implantação do progresso representava o único meio capaz de levar o Brasil a adentrar no reino das luzes. Este é o fulcro que explica o sentido educativo

que perpassa as idéias ali desenvolvidas. Em cada uma delas se imiscui uma poderosa artimanha intelectual, pronta para envolver a quem lesse e a quem fosse informado acerca de seu conteúdo, sobre o caminho a ser percorrido para a conquista do que denominavam ‘felicidade da nação’, ou seja, o da “regeneração, da junção perfeita e una das ciências e da técnica com os preceitos morais que haveriam de reger os procedimentos humanos” (PERIOTTO, 2001, p. 14).

Ao empreender uma análise inovadora da sociedade brasileira na metade do século XIX, a revista O Progresso marcou época na trilha da crítica social, ao mesmo tempo em que expressou as angústias e inferioridade de uma sociedade arcaica frente ao desenvolvimento social produzido pela burguesia européia, condições que Figueiredo se dispôs a diminuir ao pretender instruir para as conveniências e benefícios que o progresso material e social poderiam proporcionar aos brasileiros.

O texto aqui apresentado, síntese de um estudo maior, procurou demonstrar o caráter educativo que alicerçou o conteúdo da revista O Progresso, visto como a postulação de idéias habilmente construídas com a função de esclarecer os homens da época – no caso, os pernambucanos - sobre o significado do progresso e os meios necessários à sua conquista bem como dar respaldo às ações da burguesia nacional em processo de consolidação.

ANTONIO PEDRO DE FIGUEIREDO E A REVISTA O PROGRESSO

A revista O Progresso teve sua existência decidida num dia de abril de 1846, num passeio de quatro amigos pelo Trapiche Novo rumo ao bairro de Santo Antonio, em Recife. Ao cruzarem com um empregado público demitido pelo governo do liberal Chichorro da Gama, objeto de suas conversas e críticas, foram levados à seguinte conclusão: o governo existente, por colocar-se contra os interesses do povo na medida em que governava para os seus era um mal a ser combatido. Era preciso fazer algo diante de um sistema de governo que dá a “algumas centenas de intrigantes o meio de viver à custa do suor do pobre povo.

Ainda mais quando as forças vivas da nação se gastam nestas lutas interiores e o progresso fica indefinidamente interrompido”. Para o mal proveniente da “falta de opinião pública, ou antes, de seu sono” face aos “descalabros governamentais” só viam um remédio: uma imprensa, que agindo de tal forma pudesse despertar a opinião pública.

Com o objetivo de publicar uma gazeta que tomasse a peito a causa da humanidade, “a do povo que geme, paga e se cala”, um órgão de imprensa que ensinasse “ao povo os seus direitos e deveres” e mostrasse-lhes “os seus verdadeiros amigos, - os que curam de melhorar a sua desgraçada condição” pois, até aquele momento, Pernambuco só conhecera “gazetas votadas aos interesses de partido, que se barateiam insultos ás mãos cheias...”, três dos quatros amigos fizeram circular no dia 12 de julho de 1846, pelas ruas de Recife, o primeiro número da “revista social, política, literária e científica” O Progresso, órgão das idéias de progresso social na América do Sul”³.

Esta revista nasceu em meio ao clima beligerante existente entre os partidos ou facções políticas que faziam de Recife um campo de batalha, primeiro na forma de insultos impressos, depois em vias de fato. O cenário das lutas intestinas da elite pernambucana foi, a princípio, o mote para essa publicação que teve uma atuação diferenciada do grosso dos demais empreendimentos declaradamente nascidos para fazer a defesa das facções em contenda, ou somente servir de veículo para a divulgação das idéias com as quais se lançavam na disputa político-partidária.

O fato de ter feito em vários artigos a defesa de princípios políticos expressivos dos grupos afinados com o conservadorismo não impede que se reconheça que suplantou em muito esse tipo de procedimento ao abrir caminho para um debate extremamente articulado com o grau de desenvolvimento dado pelas forças econômicas mais avançadas. Pode-se, inclusive, afirmar que foi um acontecimento singular, um empreendimento admirável para a época, tamanha a importância das questões trazidas por seus artigos, reveladoras que são do processo histórico brasileiro e por extensão do educacional.

³ A edição da revista O Progresso na qual se fundamentou esse trabalho é a reedição feita pelo Governo do Estado de Pernambuco como parte do programa de comemorações do centenário da Revolução Praieira, com organização e prefácio do prof. Amaro Quintas, em Recife, Imprensa Oficial, cuja compilação se deu através da edição original pertencente ao Arquivo Público do Estado. A presente edição apresenta-se dividida em três tomos. A história aqui relatada consta do artigo Variedades, escrito por Antonio Pedro de Figueiredo, Tomo II, p. 397-401.

Adormecida para o público desde a morte de Antonio Pedro de Figueiredo, a revista O Progresso só retornou à vida graças aos reiterados pedidos de Gilberto Freyre.⁴ para que ela não caísse no esquecimento em face da originalidade apresentada por seu pensamento e por trazer farto material para o conhecimento do Brasil do século XIX.

Durante anos conviveu em silêncio com as estantes do Arquivo Público de Pernambuco e de lá saiu pelas mãos do professor Amaro Quintas em atendimento aos apelos de Freyre para que não a desprezasse quando das suas pesquisas sobre a Revolução Praieira. Para Quintas é surpreendente que nela se possa visualizar “idéias que são verdadeiras antecipações em vista de seu avanço e de seu adiantamento para a época” (O Progresso, tomo I, p. II), ainda mais quando se sabe que Figueiredo não ultrapassou as redondezas de Recife, não experimentando de perto os benefícios de uma sociedade mais desenvolvida.

Barbosa Lima Sobrinho reafirma a opinião de seu conterrâneo ao tomá-la como uma “publicação notável” que permitiu aos recifenses a discussão das idéias mais avançadas produzidas na Europa em meados do século dezenove, elaboradas ante o contato pessoal que seu editor mantinha com estrangeiros e com os livros emprestados por amigos:

Coube-lhe divulgar notícias e artigos a respeito da extensão do socialismo na Suíça, nas comunas da Alemanha, assim como em torno das idéias de Saint-Simon, ou das leis agrárias dos Estados Unidos, estudos a propósito de Constantino Pecqueur, um socialista otimista, da linha de Sismondi, convicto de que a revolução industrial concorreria para a felicidade da humanidade. (LIMA SOBRINHO apud ABREU e LIMA, 1979, p.20-21).

⁴ Solicitação feita por Gilberto Freyre nos livros *Nordeste e Um Engenheiro Francês no Brasil*. Entusiasmado com o que lera nos seus artigos, tanto os publicados no O Progresso quanto no folhetim A Carteira e Diário de Pernambuco, diz: “É tal a independência e a sobriedade de alguns dos seus ensaios, que se tem às vezes a impressão de alguém que tivesse a vantagem da distância - vantagem que a condição de estrangeiro dá quase sempre ao observador - a completar-lhe a de intimidade profunda com o meio em que nasceu [...] Antonio Pedro de Figueiredo, adjunto do Liceu de Pernambuco e redator-chefe da revista O Progresso, é dos três (Natividade Saldanha e Tobias Barreto) o que mais interessa a quem procura estudar a história intelectual, e ao mesmo tempo a social, da região, durante o primeiro século de independência. Porque em sua crítica social e de idéias, ele soube resistir, melhor que os outros, às seduções do panfleto, da oratória e da demagogia, por um lado, e do exotismo, por outro”. (NORDESTE: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 116-7).

Mentor e provavelmente autor da maioria dos artigos impressos⁵, pelo menos daqueles mais polêmicos, Figueiredo não deixou pista precisa acerca de sua origem. Pouco se sabe da sua vida pregressa a Recife, restando raras indicações sobre ela em artigos caluniosos e galhofeiros escritos por seus inimigos em jornais da época.

Sabe-se que nasceu em Iguarassu, vilarejo existente nas cercanias do Recife. Filho de pai pobre, mulato, desde cedo sonhava estudar. Mudou-se para Recife por conta de uma promessa de auxílio que não veio, de um tal João Sinhô⁶. Abrigou-se no interior do Convento do Carmo, encontrando na atmosfera impregnada de quietude condições favoráveis ao desabrochar de uma mente poderosa e tão única para seu tempo. Teve, ali, com os frades, “o acolhimento e amparo material para aprofundar-se nos estudos” (QUINTAS, 1967, p. 148).

A revista que inaugura em 1846 é prova de que não desperdiçou a oportunidade. Conta César Loureiro que confinado numa cela do convento, Figueiredo, “solitário, só tendo por companheiro os livros obtém desta sorte os conhecimentos que em pouco tempo o colocaram na ordem dos primeiros homens de letras desta província”⁷. Em 1843 traduziu o Curso da História da Filosofia de Victor Cousin, donde lhe viria a alcunha de *Cousin Fusco*, dado por seus inimigos e que o acompanharia por toda a vida⁸.

Em 1844 cai nas graças de Francisco do Rego Barros⁹, Conde da Boa-Vista, presidente da província, que o nomeia para ocupar cadeira no Liceu Provincial como professor adjunto de geometria. Seus historiadores cuidam de afirmar que foi um autodidata. Não há nada que indique não ser verdadeira esta afirmação, pois embora o Liceu funcionasse no Convento do Carmo não se pode comprovar que sua estadia foi

⁵ A revista *O Progresso* teve como colaboradores Luis Léger Vauthier, Henrique Milet, engenheiros franceses vindos para modernizar Recife, e Soares de Azevedo e Maciel Monteiro, jornalistas e professores do Liceu Provincial, depois Ginásio Pernambucano.

⁶ O Proletário. 1º. de setembro de 1847 apud QUINTAS, 1967, p. 148. Ver LARA, 1976, p. 43.

⁷ LOUREIRO, Manuel P. César. O Diário de Pernambuco. Agosto de 1859 apud QUINTAS, op. cit., p. 148.

⁸ “[...] não lhe doe o apelido, diz Montenegro. O que na verdade doe a esse mulato inteligente, excitando-o em reações de espírito por vezes surpreendentes para o meio e para o tempo, foi a indisciplina do gosto e de cultura que via em volta dele, retardando da vida intelectual da sua terra uma expressão de sentido nacional e humano”. MONTENEGRO, Olívio. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife: Imprensa Oficial, 1943, p. 82.

⁹ Francisco do Rego Barros, primeiro Barão, depois Conde da Boa Vista, pertencia a oligarquia Cavalcanti, família que dominava a política em Pernambuco com mão de ferro: “A família Cavalcanti era poderosa e rica. Os Cavalcanti de Albuquerque, os Albuquerque, os Albuquerque Mello e os Rego Barros constituíam afinal um aglomerado oligárquico confundido entre si e seus descendentes”. PEREIRA DA COSTA apud SANTOS, 1978, p. 27.

acompanhada pela frequência em sala de aula. Tiago Adão Lara (1976) acrescenta que por ocasião de seu falecimento, sua vasta cultura várias vezes foi reverenciada nos artigos escritos a título de despedida, porém, nenhuma instituição de ensino “reclama a honra de tê-lo tido como aluno”.¹⁰.

A partir de 1847 até 1859, ano de sua morte, Figueiredo escreveu no Diário de Pernambuco, órgão oficial dos conservadores.¹¹ Desde 1855, às segundas-feiras, sob o pseudônimo de *Abdala-el-Kratif*, expunha suas idéias no folhetim *A Carteira*, no rodapé desse jornal. Ali fazia “crítica de idéias e de costumes, que variava às vezes com trabalhos da mais poética ficção, e onde, se não dava sinal de grande imaginação, não era, contudo, incolor nem frio” (QUINTAS, 1967, p. 84).

Com a substituição de Rego Barros na administração da província pelos liberais, foi demitido do Liceu Provincial. Logo após esse ato, os redatores da revista publicaram, inconformados, artigo contra a decisão presidencial. Escrito sob o título de “*Variedades*”, na verdade expressava a filosofia da revista e a diretriz que havia estabelecido perseguir em nome da causa que considerava nobre: a elevação dos espíritos à compreensão dos motivos que mantinham o país imerso em relações tão atrasadas. O ato administrativo que impediu Figueiredo exercer o magistério seria a confirmação dos atos comezinhos que dominavam a vida na província. Em nome do progresso do país era preciso superá-los.

Chichorro da Gama, o novo presidente, fez ouvido mouco ao apelo dos amigos de Figueiredo. Esse era um protegido, “um mulato pernóstico, comensal do Barão da Boa Vista, seu protetor, colocando-o mal, como socialista, ao ter um cabeludo ‘guabiru’ como Mecenas” (CHACON, 1965, p. 101). Portanto era um aliado da Ordem, um inimigo potente

¹⁰ No folhetim *A Carteira*, de 10 de dezembro de 1855, Figueiredo reconhece a ausência da academia na sua formação: “*A nossa pobre Carteira não tem grau em academia alguma, é ignorante e obscura; mas os seus olhos procuram a grande luz da verdade, e onde quer que esta luz fulgure, para aí corre, como as levianas libélulas após os raios de sol*”. In: CHACON, Vamirech. História das idéias socialistas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 104. (Col. Retratos do Brasil)

¹¹ *O Liberal Pernambucano*, de 5 de janeiro de 1857, a propósito da polêmica travada entre Pedro Autran da Mata e Figueiredo sobre o socialismo professado pelo último, chamava à razão aos seus leitores: “[...] o senhor Antonio Pedro de Figueiredo, outro redactor do sr. Figueiroa, e que é professor de língua nacional no Gymnasio, este moço, que não teve os primeiros estudos bem regularizados, não escreve mal; porém está longe de satisfazer as necessidades do Diário de Pernambuco. Suas opiniões manifestadas são republicanas e socialistas; ele aborrece o meio social em que vive e julga de toda a necessidade uma reforma radical na sociedade que acaba de todo com a propriedade, com a religião, com as formas de governo conhecidas. Tudo o que existe é a seus olhos prejuízo, e cumpriria armar-se de picareta para derrubar o edifício social desde a cúpula até os alicerces”. O LIBERAL apud QUINTAS, op. cit., p. 154.

nas idéias que deveria ser sistematicamente rejeitado. Só em 1849, com a Praia destruída e enterrada, é que reconquistou seu lugar de professor, sendo nomeado professor de Língua Nacional para o Ginásio Pernambucano, hoje Colégio Estadual de Pernambuco¹².

A trajetória de Figueiredo parece ter sido sempre pautada por uma personalidade irascível. Não tergiversava quando tratava de defender suas posições: “Tomamos a tarefa de exprimir nossas idéias e não as de outrém, e, posto que saibamos cabalmente, que para os filósofos em geral a certeza é subjetiva e a verdade objetiva, tomamos a liberdade de ser de opinião diferente. É isso sem dúvida é grave irreverência” (O PROGRESSO, tomo I, p. 167). Talvez por isso tenha vivido à custa de muitos sacrifícios, quase que no limite da pobreza. Embora se escreva amiúde sobre a íntima amizade partilhada com Rego Barros, não chegou a usufruir os benefícios que tal relacionamento poderia proporcionar em termos de melhoria de vida, nem de acesso aos salões onde se reunia a elite recifense.

Em nome de uma conduta irrepreensível em torno da defesa das idéias que julgava as mais corretas, Figueiredo conquistou ao longo dos anos dedicados a levantar as causas dos problemas nacionais e soluções para os mesmos inimigos ferinos que se compraziam “às mãos cheias” em vituperar contra ele severas críticas, recheadas de comentários mordazes, tanto a respeito das coisas que escrevia quanto sobre sua vida pessoal. Se as infâmias causavam-lhe sofrimento, poucos souberam. E os poucos que puderam partilhar de perto a sua amizade mantiveram-se calados quanto a reação que porventura viesse a esboçar quando ofendido.¹³

Foi no embate contra Pedro Autran da Matta e Albuquerque, professor da cadeira de Economia da Faculdade de Direito, conservador, defensor de Smith, Malthus e Say, que

¹² “Em 1855, por portaria de 16 de agosto, foi nomeado professor da segunda cadeira de história e de geografia do Ginásio Pernambucano, merecendo durante seu magistério, ser designado examinador, por muitas vezes, dos alunos do curso preparatório, anexo à Faculdade de Direito”. PEREIRA DA COSTA apud LARA, 1976, p. 53.

¹³ Diz Quintas: “Incompreendido por muitos e atacado, pelo facciosismo político, por vários, Antonio Pedro viu-se hostilizado e ridicularizado até quanto à sua incapacidade intelectual. Vivendo numa época em que as paixões políticas fervilhavam e onde os pasquins e os jornalecos desenvolviam uma intensa campanha, apaixonada e virulenta de enaltecimento de uns e desmoralização de outros, o Cousin fusco sentiu, ele que encarava as pugnas políticas dentro de um sentido mais digno e elevado, ele que fazia jornalismo com um critério de doutrinação, de pregação de idéias, sem retaliações pessoais, nem disputas de aldeia, todo o travor da incompreensão dos seus conterrâneos. Enquanto os jornais baronistas o exaltavam, não por espírito de justiça, e sim por solidariedade política, as folhas da Praia atacavam-no rudemente”. QUINTAS, op., cit., p. 11.

suas idéias tidas por socialistas se evidenciaram enquanto tal. A contenda teve seu início quando o professor publicou no jornal *A União*, jornal porta-voz do partido conservador fundado por Nabuco de Araújo, em 31 de julho de 1852, artigo refutando a posição de socialista assumida por Moraes Sarmiento em discurso na Assembléia Geral. Provocado pela afirmação de que “o socialismo cifra-se na comunhão das mulheres e dos bens” (QUINTAS, 1967, p. 152), Figueiredo toma as dores das idéias que lhe eram simpáticas apresentando sua visão de socialismo nas páginas do *Diário de Pernambuco*:

O socialismo não é uma doutrina, ainda não passa de uma aspiração; mas esta aspiração tende a reformar o estado social atual em prol do melhoramento moral e material de todos os membros da sociedade. Para este fim cada escola socialista oferece meios diferentes, mas não há uma sequer cujas intenções deixem de ser puras e generosas, cujo ideal não seja a realização na terra dos princípios de liberdade e fraternidade¹⁴.

A discórdia entre Autran da Mata e Figueiredo parece ter se originado muito mais da posição desse contra a perpetuação do latifúndio do que propriamente a permissividade de costumes que supunha Autran da Matta existir na doutrina do socialismo, ou mesmo pelo fato de *O Progresso* esposar idéias que eram entendidas como contrárias à ordem.

Na época em que ocorreu a projeção jornalística de Figueiredo, a província de Pernambuco era energeticamente controlada pelo clã Rego Barros. Durante o gabinete de Pereira de Vasconcellos, período onde o reacionarismo logrou enorme êxito, essa família ascendeu ao poder revezando-se com os Cavalcanti, com os quais se unia por meios de casamentos. No tempo em que esteve sob o valido dessa oligarquia, só derrubada com o predomínio da Praia em 1846, Pernambuco conheceu “uma nobreza rural, possuidora de vastas extensões territoriais, exercendo um domínio completo do nosso meio político-econômico” (QUINTAS, 1967, p. 5), apegada ao poder à custa da violência e do terror.

Ser membro da família representante do mais extremado conservadorismo, no entanto, não impediu que Rego Barros implementasse na província, quando presidente, ares progressistas, aspirados quando da sua permanência na Europa para concluir estudos. Lá se

¹⁴ Artigo de Antônio Pedro de Figueiredo, o primeiro da polêmica, escrito em 7 de agosto de 1852 e publicado pelo *Diário de Pernambuco* no dia 12 de agosto do mesmo ano.

deixaria impregnar pelas idéias liberais francesas, tornando-se “um crente na ação individual e um defensor da liberdade de opinião” (SANTOS, 1978, p. 83). Na sua personalidade, continua Santos, “convergem o anacrônico e o moderno, o retrógrado e o progressista”, dualismo que acabaria por favorecer Pernambuco e os intelectuais mais arrojados que encontraram abrigo na sua amizade, mas, por outro lado, levaria a exasperação seus inimigos políticos quando Recife passou a apresentar um quê de modernidade proporcionada pela remodelação de suas ruas e construções públicas e, conseqüentemente, influenciando no aspecto cultural ao pôr os nativos em contato direto com pessoas de costumes diferentes e tão mais elevados. É a época em que hábitos, costumes e idéias são alterados principalmente pelas influências francesas, que tanta indignação causavam nos representantes da Igreja avessos aos estrangeirismos.

Na missão contratada por Rego Barros para modernizar Recife encontrava-se Louis Léger Vauthier, jovem engenheiro que por durante quase seis anos responderia pela chefia do Serviço de Obras Públicas, e o responsável pela introdução de Figueiredo na leitura das obras socialistas utópicas, Charles Fourier, principalmente. Freyre (1940, p. 98) afirma que “a inclinação pelo mecânico ou técnico estrangeiro, principalmente pelo engenheiro, vinha se fazendo sentir há anos entre os brasileiros mais esclarecidos, influenciando sobre o ânimo dos governantes desejosos de promover o progresso material do país”. Talvez nesse “desejo de progresso material” estivesse contida a explicação para a amizade que compartilhavam Figueiredo e Rego Barros, cuja proteção dada ao jornalista pode lhe garantir o mínimo de condições de vida.

Sentindo nele certa identificação nas idéias, seu instinto de homem ligado à classe dirigente deve ter feito soar os dobres do perigo avisando-lhe que o mantivesse afastado dos inimigos da Ordem. Ao perceber um Figueiredo ágil na compreensão dos problemas sociais, e independente na elaboração das idéias, “Rego Barros sente a necessidade de conquistar aqueles dois moços (o outro era Nascimento Feitosa), cujos talentos representam um perigo caso os liberais conseguissem aliciá-los” (SANTOS, 1978, p. 86).

Desse apadrinhamento e das condições por ele proporcionadas resultou um documento do mais precioso valor para o estudo da sociedade brasileira durante parte do Segundo Império bem como de contribuição para com a História da Educação por revelar a

vinculação estreita entre a luta social em curso e a necessidade de formar os indivíduos daquela época para o enfrentamento das batalhas cotidianas.

EDUCANDO PARA UMA NOVA REALIDADE SOCIAL

O caráter educativo inerente a revista *O Progresso* deixa posto que a questão de maior envergadura enfrentada pelos brasileiros na metade do século XIX correspondia aos desígnios traçados pelo capitalismo vitorioso na Europa: a continuidade das relações que o sustentavam dependia substancialmente do acesso que teria nas antigas colônias. É evidente que não cabe pensar que a burguesia encontrava resistência nesses locais, mas sim que sua inserção se via obstaculizada por formas retrógradas de existência, incompatíveis com as necessidades que demandava na busca incessante pelo lucro.

Em termos nacionais a questão não se colocava de forma diferente: o predomínio da agricultura como fonte produtora da riqueza, tutora de um modelo econômico perpetuador do atraso material, naquele meado de século já demonstrava sua incapacidade de continuar agregando a sociedade em torno de um sistema produtivo visivelmente esgotado. Por outro lado o desenvolvimento material alcançado pelas nações européias despertava nos nacionais o desejo de também usufruir as vantagens proporcionadas pelo acréscimo das riquezas provenientes da indústria bem como do progresso social daí decorrente.

De maneira geral Figueiredo compreendeu essa urgência. Observador arguto do meio social onde vivia tornou-se intérprete de uma proposta de progresso que feria os interesses da velha elite agrária. Contra ela denunciava a incoerência do latifúndio, imensa vastidão de terras só produtivas por meio do trabalho escravo, forçado, levado a ferro e a fogo pelos feitores. Essa forma de produzir feria o âmago das relações burguesas, amparada que estava no trabalho livre.

No entanto, mesmo criticando os grandes proprietários de terras não se opôs frontalmente à escravidão, embora demonstrasse compreender que a história a refutava enquanto fonte de riqueza. Na verdade, a crítica impiedosa que fazia ao latifúndio escondia

uma outra questão, a de que a oligarquia açucareira, com sua forma de existir e de exercer o poder político representava a sociedade que se queria ver reformada. Era um modo de ser que não se coadunava com as transformações sociais em constante movimento e que pareciam nunca chegar ao Brasil. Era, portanto, a luta entre o velho e o novo na versão das especificidades locais.

Neste sentido, sobre as idéias de Figueiredo expressas na revista, pode-se afirmar que o espírito da época havia se incorporado nas mentes propensas ao avanço material, mas também denunciava o ranço do reformismo que impregnava o pensamento burguês na medida em que trazia para o debate os conceitos mais caros ao estágio então existente desse mesmo pensamento: a moral, a ordem e o progresso.

Sobre esses três pilares a defesa de relações mais modernizadas foi erigida. Primeiro como contraponto ao liberalismo radical que a tudo conturbava, dizia Figueiredo. Segundo, o edifício social a ser erguido teria que ser robusto o suficiente para garantir bons frutos. A jornada empreendida deveria ser partilhada por homens reconhecidamente capazes de compreender a imensa tarefa de construir uma nação sempre às voltas com o infortúnio, visão que o levou a dirigir seus esforços para a população letrada, pois as idéias em exposição nem sempre eram compreensíveis ao elemento popular, embora quisesse falar a todos sem distinção: “os eleitores provinciais - proprietários de terras, comerciantes, funcionários públicos, aqueles a quem a linguagem da ciência polida podia alcançar” (MARSON, 1986, p. 258). Ao assim fazer Figueiredo objetivava:

[...] instrumentalizar um dado segmento de classe para a condução conseqüente do desenvolvimento social, alicerçada nas idéias que pouco a pouco oferecia ao acesso daqueles homens ilustrados. Tratava-se, então, de formá-los naquelas opiniões que mais facilmente encaminhassem o povo ao cumprimento das leis do progresso (PERIOTTO, 2001, p. 134).

Tomando a si a tarefa de “instruir os homens de seu tempo para a luta [...] necessária à abertura de novos caminhos para a expansão e continuidade da forma capitalista, alicerçada pela ‘nova idéia imperial’ surgida na Inglaterra”¹⁵, a revista O

¹⁵ Essa idéia evocava uma nova forma de relacionamento entre as potências e antigas colônias nos seguintes termos: “A mãe pátria seria sua defensora e guardiã, e não, basicamente, o centro de controle da exploração

Progresso tratou de construir “um edifício teórico” com o qual pudesse “instruir as massas quanto a providências de atitudes mais pacíficas e ordeiras” haja vista a população, conduzida por grupos políticos ou latifundiários reclamantes de salvaguarda de seus interesses, estar sempre em vias de rebelião participando no mais no mais das vezes de batalhas em favor de questões que não alterariam em nada suas condições de vida. A urgência, portanto, era produzir um discurso que aclamasse a conciliação nacional, “serenando os ânimos e ao mesmo tempo instrumentando teoricamente o grupo destinado a gerir o processo de reformas progressistas” (PERIOTTO, 2001, p. 149).

Assim, com a conciliação alcançada, se teria a primeira vitória da burguesia nacional, juntamente com a possibilidade de desenvolvimento de suas forças em moldes mais afinados ao capitalismo mundial. Ao fazer a defesa da acomodação política encabeçada pelos conservadores, autores de um ambicioso projeto de modernização, pelo menos ao que Rego Barros defendia, Figueiredo conclui que:

Há certos momentos na vida de um povo, em que, como suas instituições já se não acham de acordo com as precisões ou necessidades da época, embargam eles o progresso desse povo, e incessantemente reclamam modificações ou reformas mais ou menos radicais. Dois casos então se podem apresentar: _ ou a maioria das nações sabe cabalmente quais são as causas do mal e os remédios que devem ser aplicados; ou sofre sem saber a causa real de seus sofrimentos e quais os meios que podem ser empregados para conduzi-la ao estado normal. _ No primeiro caso, dá-se um obstáculo que deve ser removido: então só se trata de obrar; no outro, é mister indagar primeiramente as causas do mal, procurar o remédio, e tratar de vulgarizar a solução do problema antes de pô-la em execução afim de não lançar o país nas dificuldades de infandas revoluções. (O Progresso, tomo III, p. 855).

Ao predicar por um plano de reformas destinado à propagação e aplicação das leis do progresso, expondo os objetivos e definindo a ciência política e a técnica por instrumentos formuladores de uma sociedade harmoniosa, apontava, de imediato, a falta de organização como o maior empecilho à adoção de relações mais progressistas. Eram duas

das mesmas, como ocorria em épocas anteriores, de inspiração mercantilista”, estimulando nessas novas nações uma maior liberdade de governo desde que estivessem subsumidos aos interesses da nação-mãe. ADAMS, J. T. *Empire on the seven seas: The British Empire. 1789-1929*. Londres, 1940, p. 127. Citado por WRIGTH, Antonia F. P. In: *Desafio Americano à Preponderância Britânica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

as “chagas” que impediam o estabelecimento, ao menos, de condições que alterassem o atraso do estado social vigente: a primeira era referente ao *laissez faire, laissez passer* que conduziam parte do setor produtivo, e o segundo era de natureza política, espaço onde predominava a desorganização, “as discórdias constantes entre partidos e homens públicos que só tinham em vista seus interesses pessoais, sobrepondo-os, no exercício de suas funções, aos de toda nação” (PERIOTTO, 2001, p. 155).

A mudança desse estado de coisas exigia não apenas o conhecimento da origem dos males, mas especialmente a elevação do espírito a um estado de plena compreensão das etapas fundamentais ao estabelecimento do progresso. Em suma, era a prevalência da idéia de que reformado o espírito, a marcha da civilização seguiria sem sobressaltos, de acordo com sua própria natureza.

Essa posição encabeçada pelos articulistas da revista expressava, de forma mais geral, a redefinição do avanço do capitalismo para as antigas colônias, precisamente nos locais onde a sua inserção havia se dado apenas pela extração de matéria-prima ou da exportação de produtos agrícolas. O plano modernizador e ambicioso que Figueiredo e seus amigos traçaram pretendeu sempre ensinar aos brasileiros que a necessária conquista de relações mais progressistas trazia um alto preço, caso se quisesse chegar ao estágio de bem material alcançado pelas nações mais desenvolvidas.

Requeria, portanto, esse plano, o abandono de práticas conflituosas, que se abolisse de vez a disposição sempre latente para insurreições: “No plano da teoria significava demonstrar que o progresso material só se realizaria num estado de perfeita ordem social [...] Constituindo outra moral ao substituir os interesses privados pelo interesse comum [...], evidenciando-se a divisão de classes, colocando os mais diversos segmentos existentes até então cada um no seu lugar” (Id, p. 150).

É claro que as ações revolucionárias que porventura viessem a abalar o território nacional comprometendo o desenvolvimento do país, não seriam equivalentes aos acontecimentos que sacudiam a França na mesma época. No Brasil as insurreições nasciam das constantes discórdias entre proprietários rurais, entre esses e o governo central ou provincial e, ainda, entre políticos de partidos opostos. Vez ou outra surgia um movimento expressivo da insatisfação popular, como o Mata, Mata Marinheiro, que explodiu em 1842

na capital pernambucana contra os privilégios mantidos em prol dos interesses portugueses, dominantes do comércio a retalho com a venda de mercadorias e dos postos de trabalho.

Valendo-se dos acontecimentos franceses –jornadas de fevereiro de 1848– salientavam os aspectos positivos da luta, mas somente para tirar daí a lição que queriam deixar impregnada em seus leitores-alvo: a realização pacífica das mudanças sociais e políticas exigia a oposição do governo “a toda e qualquer tentativa de contra-revolução” e a que moderassem “os democratas mais exaltados”. A transição para uma ordem mais perfectível para a instalação do progresso poderia se efetivar num “clima de concórdia, desde que os homens abrissem mão dos seus interesses particulares” (Cf. PERIOTTO, 2001, p. 158).

Na verdade, o esforço realizado por Figueiredo na busca de teorizar uma dada relação social se exprime pelo anseio de “educar” a massa de homens livres, distanciados do trabalho, para o advento do trabalho. Primeiro mostrou-lhes a origem dos males sociais que perpetuavam o atraso material solicitando uma reforma profunda nas instituições que “[...] presas de alguns ambiciosos, ávidos de honras e riquezas, trarão o total aniquilamento do império de Santa Cruz” (O PROGRESSO, tomo II, p. 697).

Num segundo passo apresentou-lhes o meio propício ao estabelecimento de um estado de bem estar social elevado – a ciência política – fonte explicadora da atividade humana e condutora das reformas que se faziam necessárias ao seu plano modernizador. Aliando essa ciência à técnica, entendida como a “necessidade de sábios e de operários hábeis que venham instruir a população e introduzir diversos gêneros de cultura e indústria” (O PROGRESSO, tomo II, p. 629), pretendia ter resolvido os condicionantes postos ao trabalho livre.

Este objetivo esteve sempre definido como o primeiro entre outros definidos pela revista. É importante ressaltar que nenhum deles foi elaborado sem que guardasse estreita conexão com os demais. Eram objetivos que se completavam dando forma à alegoria social habilmente construída no interior do debate que se queria educativo. Em suma, todo esforço teórico envidado num primeiro momento para destruir o projeto praieiro por considerá-lo inferior à causa que abraçava é explicado pelo propósito de alertar os governantes para a necessidade de criação de uma classe média posicionada entre a elite e escravos.

Ao mesmo tempo em que se denota a capacidade de Figueiredo de perceber o movimento histórico e nele a impossibilidade do Brasil progredir mantendo a escravidão, fica patente seu limite ao pretender que a formulação de um plano, ou programa de ação, em que se previa o surgimento dessa classe sem que antes estivessem dadas, no interior da materialidade, as condições para sua existência, pudesse lograr êxito:

Na verdade, o problema imediato que O Progresso pretendia resolver versava, fundamentalmente, em criar alternativas de trabalho a população livre destituída de propriedades, cuja existência sempre crescente em número e insuflada pelos partidos em disputa, colocava em risco a estabilidade do projeto burguês em consecução. (PERIOTTO, 2001, p. 140).

No artigo intitulado *Colonização do Brasil* essa tentativa fica clara. Nele Figueiredo se posiciona contra a importação de braços livres por concluir que o país “não tem necessidade alguma de colonos, porque a sua população atual é superior aos meios que ora possui a sua disposição para viver” e que igual às “velhas nações” européias uma “fração notável da nossa população”, alijada dos meios de subsistência “apresenta evidente perigo para o resto da sociedade” (Cf. O Progresso, tomo II, p. 630).

Diante da iminência de uma convulsão social sentida diante do ódio crescente aos estrangeiros e da manipulação dos populares pela Praia, que colocava em perigo seu plano progressista, articulado junto às necessidades do mercado mundial conclui que:

Ora, é dado de toda evidência que antes de tratarmos de proporcionar meios de existência a estrangeiros, a homens que ainda se acham em sua pátria, dá-se um primeiro dever a preencher, dever imposto pelos mais simples sentimentos de justiça e de prudência: o oferecer trabalho lucrativo, meio de existência a esta porção necessariamente ociosa e perigosa dos nossos concidadãos, de que falamos acima. É, por assim dizer, uma colonização interna que deve preceder à colonização externa. (Idem, p. 630).

A idéia de uma classe intermediária, composta por funcionários públicos, pequenos arrendatários, empregados do comércio não era alheia às necessidades trazidas pelo avanço do capitalismo na direção das antigas colônias. Primeiro por representar um acréscimo considerável de consumidores ao mercado de produtos manufaturados, segundo por dar um

caráter orgânico às relações pretendidas, impondo a ordem entre a população e diminuindo a eclosão de conflitos sociais, na medida em que os brasileiros sentissem a ampliação da oferta de postos de trabalho e a possibilidade de virem a adquirir conhecimentos técnicos pertinentes aos ofícios dominados até então pelos estrangeiros.

Os problemas nacionais existentes na primeira metade do século XIX eram de toda ordem e de toda natureza: escravidão, submissão aos interesses estrangeiros, ingleses, é claro, baixa produção de açúcar – carro-chefe da economia-, deslocamento do eixo produtivo do Nordeste para o Sul, fato que provocava uma interminável insatisfação nas províncias até então predominantes no cenário político, as lutas político-partidária, governo centralizador, etc.

No entanto o maior dentre todos se referia ao trabalho escravo: nele se assentava a causa do atraso social e econômico do país. Sugerir a criação de condições que viabilizassem a produção de uma camada socialmente mais elevada que aos escravos foi a chave-mestra do pensamento de Figueiredo. Embora a clareza sobre a inconveniência histórica dessa postulação seja irrefutável não se pode deixar de concordar que ela se ampara numa brilhante compreensão acerca da origem dos males nacionais, principalmente porque, ao propor tal acontecimento, de forma velada o objetivo perpassava pela constatação da inutilidade desse trabalho frente aos avanços do capitalismo e da forma de produzir em seu interior.

O fim da rebelião Praieira e a conciliação nacional, sobrevinda após a derrota dos liberais, representaram um facho de luz à política grandiosa de progresso social almejada por ambos:

A um estado de permanente conflito havia-se instaurado a ordem necessária para a implantação das reformas condizentes ao desenvolvimento material. Aos vícios e espíritos abalados, sucedeu-se a aceitação de que só a harmonia política teria força política suficiente para mudar o quadro caótico da sociedade brasileira. (PERIOTTO, 2001, p. 168).

Diante dos acontecimentos da Praieira, O Progresso dá por concluída sua existência. Deixa de circular em setembro de 1848, mas Figueiredo continua pela mesma seara da crítica social publicando artigos noutros jornais e periódicos, tais como os já citados A

Carteira, folheto inserido no rodapé do Diário de Pernambuco, A Imprensa e O Parlamentar, periódico que circulou pela primeira vez em junho de 1848 e findou com apenas cinco números, em julho do mesmo ano.¹⁶

No decorrer das décadas seguintes ao fechamento da revista foram confirmadas algumas das proposições ali apontadas. Paulatinamente a defesa do regime de escravidão perdia terreno ante a urgência de ofertar trabalho aos brasileiros livres e do processo de modernização que lentamente alterava o cenário da economia social no país.

CONCLUSÃO

Antonio Pedro Figueiredo e o conteúdo da revista O Progresso ensejam uma análise muito mais ampla e aprofundada daquela que foi realizada no estudo que deu origem a este texto. A riqueza do debate nela presente, a reflexão proporcionada por uma compreensão aguda dos problemas nacionais, o objetivo constante de sempre instruir mostrando as dificuldades posta à adoção de soluções apartadas de um programa que submetesse ao crivo da crítica todos os obstáculos postos ao progresso social, fazem dessas duas figuras um celeiro infundável de questões para os estudiosos da história da educação, mesmo quando o pesquisador se vê na obrigação de esclarecer os limites históricos de seu pensamento.

Sobre Figueiredo pode-se dizer que viveu em meio a uma década privilegiada. Foi testemunha ocular de fatos marcantes da história do Brasil, de momentos definidores da política interna, e de anos de convulsão social no cenário mundial. Sua preocupação não se voltava somente para os problemas nacionais, mas também com os que afligiam outras nações, mantendo sempre, mesmo diante das adversidades da vida, relativa clareza histórica ao reconhecer que as transformações, filhas das “*revoluções radicais, são obras do tempo*” e independem da vontade de alguns “*exaltados em realizá-las imediatamente*”.

¹⁶ Conforme Tiago Adão Lara, em trabalho citado anteriormente, e utilizando informações contidas na obra de Luiz do Nascimento, *História da Imprensa de Pernambuco*, editado pela Universidade de Pernambuco em 1970, as páginas desse periódico ultimava ao “*exame dos atos da chamada Assembléia Provincial de Pernambuco, sob promessas de que não suportará que os seus membros puluam (sic) impunemente os lugares que conquistaram à força de violência e infâmias*”. LARA, op., cit., p. 56.

O que não pôde entender é que sua luta incondicional pelo progresso, mesmo sendo a expressão sincera de quem dedicou a vida a buscar novos rumos para a sociedade de seu tempo, levantando problemas e apresentado soluções, foi, antes do mais, a defesa intransigente das relações burguesas no Brasil ao incorporar ao debate as necessidades que a classe economicamente dominante produzia como imprescindíveis à inserção definitiva no país das relações as quais representava.

Figueiredo, como tão bem define Amaro Quintas no Prefácio da edição comemorativa do centenário da fundação de O Progresso, foi o espírito representativo da sua época. Situado no limiar de dois mundos - o novo e o velho-, só pode expressar a indecisão que tomava conta dos homens. Se, por um lado, avançou quando da compreensão dos motivos que levam os homens a produzir tanta miséria em meio a tanta riqueza, por outro não pode ultrapassar os limites de uma condição material incipiente ao creditar à avareza e ganância individuais, os descompassos de uma relação social contraditória e excludente por natureza.

O debate encetado nas páginas de seu “órgão do progresso social” pôs à baila as questões mais urgentes ao pretendido processo de modernização. Se realmente a criou para somente combater o predomínio da Praia, sem atentar para o fato enfrentou com competência problemas os mais diversos, todos reais, vivos obstáculos a qualquer tentativa de criação de condições propícias ao advento do progresso. Não descartamos o caráter objetivamente político inserto na revista, no entanto não fechamos os olhos para a realidade de ter sido ela um dos empreendimentos intelectuais do século XIX da mais alta significância não apenas para o entendimento da sociedade brasileira e seu atraso diante das nações mais avançadas do capitalismo, mas principalmente nos interessou os caminhos e ações tomadas quando a tarefa da época exigia educar para uma nova realidade social.

Em suma, Figueiredo procurou viver condizente com o que acreditava. Sua existência ao que parece, foi regada pela busca constante do conhecimento. Não pretendeu, em termos pessoais, ter além do que possuiu. Se assim fosse, teria sido mais um dos tantos bajuladores do poder, predicando por benefícios que poderiam ter feito da sua vida algo mais palpável, menos sofrido, como atestou as palavras usadas por Torres

Bandeira na homenagem final prestada a Figueiredo. Talvez essas suas palavras possam dar uma idéia mais precisa acerca de suas convicções e da tarefa que cumpriu sem nenhum enfado, sem reclamações de ordem pessoal, bem como do caráter educativo que norteou seu trabalho:

Por ora não precisamos de revoluções nem de insurreições; o que nos é mister é investigar as causas dos nossos sofrimentos e as reformas que podem salvar, e propagarmos pela imprensa e pela palavra a solução deste importante problema. Quando houvermos preenchido esta tarefa; quando a opinião se achar esclarecida e se tiver manifestado claramente em favor de certas e determinadas reformas; se aparecer algum obstáculo que os meios legais não sejam suficientes para remover então será oportuno recorrermos à força e apelarmos para a justiça de deus na arena das revoluções. (O PROGRESSO, tomo III, p. 857).

BIBLIOGRAFIA

ABREU E LIMA, José Inácio. *O Socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Pensamento Crítico).

BARRETO, Vicente. Antonio Pedro de Figueiredo: uma revisão crítica. In: *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo. v. XXIV, fasc. 96, out/nov/dez, 1974.

CHACON, Vamirech. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. (Coleção Retratos do Brasil, 37).

FERNANDES, Aníbal. *Idéias francesas em Pernambuco na metade do século XIX*. Recife: Imprensa Oficial, 1957. (Coleção Concórdia).

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

_____. *Um Engenheiro Francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

LARA, Tiago Adão. *As raízes cristãs do pensamento de Antonio Pedro de Figueiredo*. Rio de Janeiro. 1976. Dissertação. (Mestrado em Filosofia). Pontífice Universidade Católica.

LIMA Sobrinho, Barbosa. *Antologia do Correio Braziliense*. Brasília: Cátedra; INL/MEC, 1977.

MARSON, Izabel Andrade. *Posições políticas na imprensa pernambucana: 1842-1849*. São Paulo. 1974. Dissertação. Mestrado em Ciência (História). Universidade de São Paulo.

. *O Império do Progresso: Praieiros e Guabirus em Pernambuco, 1842-1855*. São Paulo. Tese. (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MONTENEGRO, Olívio. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife: Imprensa Oficial, 1943.

MOREIRA, Aloísio Franco. *As idéias políticas e outras idéias de dois quarent-huitard pernambucanos: Abreu e Lima e Antonio Pedro de Figueiredo*. Recife. 1986. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

O PROGRESSO. 1846-1848. *Revista social, literária e científica*. Org. Amaro Quintas. Recife: Imprensa Oficial, 1950.

PAIM, Antonio. O Ecletismo de Antonio Pedro de Figueiredo. São Paulo. In: *Revista Brasileira de Filosofia*. v. XVI, fasc. 61, jan/fev/marr, 1966.

QUINTAS, Amaro. *O Sentido Social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (Coleção Retratos do Brasil, 55)

SANTOS, Mario de A. *Nascimento Feitosa e a revolução de 1848*. Recife: Ed. Universitária; UFPE, 1978.

WRIGTH, Antonia F P de Almeida. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.